

POLÍTICAS DE GESTÃO

Principais Políticas públicas e estratégias territoriais incidentes no Território do PAT Caminho das Tropas Paraná-São Paulo que contêm diretrizes para conservação, recuperação ou uso sustentável da biodiversidade.

Política / estratégia territorial	Instituições	Objetivo	Instrumento normativo/referência
Cadastro Ambiental Rural (CAR)	Governo federal	Integrar informações ambientais das propriedades rurais compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.	Lei federal nº 12.651/2012
Programa de Regularização Ambiental - PRA	Governo federal e governos estaduais	Promover a adequação dos imóveis rurais aos dispositivos legais da Lei Federal nº 12.651/2012 e demais regulamentos vigentes, em especial a recomposição da vegetação nativa das áreas de APP e o estabelecimento de áreas de Reserva Legal.	Lei federal nº 12651/2012 Decreto federal nº 8235/2014 Lei estadual nº 15684/2015 (PRA-SP) Decreto estadual nº 64842/2020 (PRA-SP) Resolução Conjunta SAA-SIMA nº 03/2020 (PRA-SP) Instrução normativa nº 01 de 28 de maio de 2020 (IAT-PR) Instrução normativa nº 03 de 08 de julho de 2020 (IAT-PR) Instrução normativa nº 04 de 07 de agosto de 2020 (IAT-PR)
Programa Paraná Mais verde	Governo estadual do Paraná - SEDEST	Promover a produção de mudas para a restauração de ambientes naturais com ênfase a espécies ameaçadas.	Lei nº 20738 de 04/10/2021
Zoneamento Ecológico-Econômico	Governo estadual do Paraná - SEDEST	Instrumento técnico e político para planejamento e regulação do território do Paraná	Decreto Estadual nº 7.750, de 14 de julho de 2010
Áreas Estratégicas para Conservação e Restauração do Paraná	Governo estadual do Paraná - IAT	Fornecer informações e subsídios técnicos fundamentais para aplicação em projetos ambientais, no cumprimento da legislação ambiental vigente e na formulação e execução de políticas públicas.	Resolução Conjunta SEMA e IAT nº 005/2009

Política / estratégia territorial	Instituições	Objetivo	Instrumento normativo/referência
Programa Estadual de Espécies Exóticas Invasoras	Governo estadual do Paraná - IAT	Estabelecer políticas e ações para o enfrentamento das invasões biológicas no estado	Portarias IAP nº 192/2005; 96/2007; 121/2007; 59/2015
Zoneamento Ecológico-Econômico	Governo estadual de São Paulo - SEMIL/CPLA	Estabelecer diretrizes de ordenamento e gestão do território, de acordo com as potencialidades e as vulnerabilidades ambientais e socioeconômicas das diferentes regiões do estado, subsidiar a formulação de políticas públicas, orientar os investimentos públicos e privados em consonância com diretrizes estratégicas de desenvolvimento sustentável e fortalecer a adoção de medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.	Decreto nº 49.215 de 7 de dezembro de 2004 Lei Estadual nº 13.798 de 2009 Resolução SMA nº 14/2016
Programa Município VerdeAzul	Governo estadual de São Paulo - SEMIL	Estimular e auxiliar as prefeituras paulistas na elaboração e execução de suas políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo	Resolução SIMA nº 81/2021
Programa Nascentes	Governo estadual de São Paulo	Fomentar a restauração da vegetação nativa no Estado de São Paulo, considerando a conservação da biodiversidade e a segurança hídrica, por meio do direcionamento territorial do cumprimento de obrigações ambientais legais, voluntárias ou decorrentes de licenciamento ou de fiscalização.	Decreto estadual nº 62.914/2017 Resolução SIMA nº 48/2020
PACTO - Pacto pela Restauração da Mata Atlântica	Mater Natura, Copaíba, APOEANA, SOS Mata Atlântica e outros parceiros	Atua como catalisador de ações para restauração florestal nos 17 estados que abrigam a Mata Atlântica	https://www.pactomataatlantica.org.br/
Alavancagem de Projetos de Restauração Florestal na Mata Atlântica	PACTO, CEPAN, Icosia e outros parceiros	Contribuir com a cadeia produtiva da restauração florestal na Mata Atlântica apoiando o plantio de mudas por meio de projetos executivos com potencial de ganho de escala, e que incluam pessoas em possíveis oportunidades socioeconômicas	https://cepan.org.br/parceiros/

Política / estratégia territorial	Instituições	Objetivo	Instrumento normativo/referência
Projeto Corredores de Biodiversidade do Rio Paraná e das Araucárias	Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais	Implantar ações de restauração ecológica no território através de redes gestoras constituídas por instituições das esferas governamentais, da sociedade civil organizada, de setores empresariais e de pesquisa.	http://www.maternatura.org.br/nossas-acoes/projetos/corredores-de-biodiversidade/
Rede Campos Sulinos	Reúne mais de 30 grupos de pesquisa que focam na geração, organização e difusão de conhecimento sobre os Campos Sulinos	Promover a comunicação entre produtores, técnicos, pesquisadores, administradores, gestores, estudante e demais interessados pela conservação e uso sustentável dos Campos Sulinos	https://pt-br.facebook.com/RedeCamposSulinos/
Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica	Governo municipal e Conselhos Municipais de Meio Ambiente	Restauração de ecossistemas e áreas naturais	Lei federal nº 11528/2006
Programa de Conservação de Espécies Raras e Ameaçadas da Floresta com Araucária	Sociedade Chauá	Realizar conservação de espécies da flora raras e ameaçadas por meio de cadastro de matrizes, pesquisas em autoecologia, produção de mudas e restauração, bem como ações para engajamento e apoio a viveiros, instituições e pessoas que atuam em ações de restauração.	http://www.chaua.org.br/#projetos
Áreas Prioritárias para a Conservação do Patrimônio Espeleológico	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV)	A priorização de áreas para a conservação do patrimônio Espeleológico atende à Ação 7.2 do Plano de Ação Nacional para a Conservação nas Áreas Cársticas da Bacia do rio São Francisco - PAN Cavernas do São Francisco. A execução dessa Ação, de abrangência nacional, é resultado de um esforço coletivo do CECAV, de pesquisadores, da comunidade espeleológica e de técnicos da área de geoprocessamento	Portaria nº 18/2012, do Instituto Chico Mendes Áreas Prioritárias para a Conservação do patrimônio Espeleológico